

Ao  
SENADO FEDERAL  
Pregão nº 90097/2024

**Assunto:** Planilha de Custos e Formação de Preços – Regime de Contribuição Previdenciária - Desoneração da Folha de Pagamento instituído pela Lei 12.546/11.

DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente individualizada na contratualidade supra indicada, vem, respeitosamente, por intermédio do seu representante legal, expor.

Como deve ser do conhecimento de V. Sas., esta empresa acima referenciada, cujo objeto contempla a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns de **contratação de serviços contínuos nas categorias de garçom, chaveiro, arrumador, lavador/passador, ajudante de cozinha, auxiliar de serviços gerais e cozinheiro para o Senado Federal.**

Pois bem, na IN RFB 1436/2013, Art1, Parágrafo Sexto – O que determina a desoneração é o recolhimento.

Contribuições previdenciárias das empresas que desenvolvem as atividades relacionadas nos Anexos I e IV ou produzem os itens listados nos Anexos II e V incidirão sobre o valor da receita bruta, em substituição às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento, previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Ocorre que no caso as empresas optantes pelo regime da Desoneração da Folha de Pagamento instituído pela Lei 12.546/11 a sistemática é diversa daquela previsão enunciada no art. 31, supracitado.

Deveras a retenção citada não alcança as empresas optantes pelo regime da Desoneração da Folha de Pagamento, senão vejamos.

A Lei 12.995/14<sup>1</sup>, que alterou o art. 7º da referida Lei 12.546/11, substituindo a contribuição previdenciária à razão de 20% sobre a folha de pagamento (prevista no art. 22 da Lei 8.212/91) por uma exação de 3,5% sobre o valor da receita bruta das empresas que estejam vinculadas aos Grupos 412, 432, da

---

<sup>1</sup> Conversão da Medida Provisória nº 610/2013.

CNAE 2.0, além daquelas que executam serviços mediante cessão de mão de obra, na forma definida pelo artigo 31 da Lei n. 8.212/1991, que é o caso desta empresa vencedora.

Confira-se a redação final da regra que passou a vigor (conforme art. 49, inc. IV, alínea “a” da Lei 12.844/13):

Art. 7º Poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991:

(...)

**IV - as empresas do setor de construção civil, enquadradas nos grupos 412, 432, 433 e 439 da CNAE 2.0;**

(...)

§ 6º No caso de contratação de empresas para a execução dos serviços referidos no caput, mediante cessão de mão de obra, na forma definida pelo art. 31 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, e para fins de elisão da responsabilidade solidária prevista no inciso VI do art. 30 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, a empresa contratante deverá reter 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) do valor bruto da nota fiscal ou da fatura de prestação de serviços. (Redação dada pela Lei nº 12.995, de 2014) (grifos nossos).

Pois bem, feitas as colocações legais acima, esclarece esta empresa no momento que participou e apresentou proposta de preços no procedimento de Pregão 90097/2024 realizado por esta Empresa Pública, o fez elaborando seus custos previdenciários dentro da sua condição de está vinculada ao regime da Desoneração da Folha de Pagamento instituído pela Lei 12.546/11, considerando suas atividades se

enquadrarem nas hipóteses permissivas, pelos Grupos da CNAE, sem falar também do seu enquadramento à previsão contida no parágrafo 6º acima transcrito.

Portanto, levando em consideração que esta empresa está vinculada ao regime de desoneração a partir do seu CNAE 2.0, nos grupos 412 e 432, não cabe a realização da retenção do percentual de 11%, mas sim de 3,5%, conforme demonstrado acima.

Como discorrido acima, o parágrafo § 6º do art. 7º da Lei 12.546, que trata da aplicação do benefício da desoneração para as hipóteses de cessão de mão-de-obra, faz remissão ao conceito previsto pelo art. 31 da Lei 8.212/91:

“entende-se como cessão de mão-de-obra a colocação à disposição do contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de segurados que realizem serviços contínuos, relacionados ou não com a atividade-fim da empresa, quaisquer que sejam a natureza e a forma de contratação” (gn).

Desta sorte, havendo definição legal explícita, encontrando-se esta empresa vinculada ao regime de desoneração a partir do seu CNAE, tal como demonstrado acima, é possível redarguir com segurança que o regime de desoneração da folha de pagamento (exação sobre a receita bruta) aplica-se, sim, no âmbito da presente contratualidade, relativa aos serviços contínuos, o que também é reforçado pelas previsões do art. 9º da IN RFB n. 1436/2013.

A esse propósito, colha-se o entendimento perfilhado na Solução de Consulta 41 – COSIT, publicado em 02-12-2013, da Receita Federal<sup>2</sup>, que deixa bem claro o direito desta empresa contratada:

Solução de Consulta no 41 – Cosit    Data 2 de dezembro de 2013  
Processo Interessado CNPJ/CPF  
Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

Ementa:    CONTRIBUIÇÃO    PREVIDENCIÁRIA    SUBSTITUTIVA.  
**EMPRESAS ENQUADRADAS PELA CNAE.** RECEITA DA ATIVIDADE PRINCIPAL. INÍCIO DAS ATIVIDADES. RECEITA ESPERADA. DEMAIS HIPÓTESES. RECEITA AUFERIDA. **EXISTÊNCIA DE EMPREGADOS REGISTRADOS.** FATO GERADOR. IRRELEVÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE

---

<sup>2</sup> <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/Legislacao/SolucoesConsultaCosit/2013/SCCosit412013.pdf>

RECEITA EM DETERMINADO PERÍODO. INCORRÊNCIA DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA.

**As empresas sujeitas ao recolhimento da contribuição previdenciária substitutiva de que trata a Lei no 12.546, de 2011, vinculadas a essa sistemática em razão de atividade econômica definida na CNAE, terão sua receita total assim enquadrada por força da classificação relativa à sua atividade principal, qual seja, a vinculada à maior receita auferida ou esperada.** A definição da atividade principal segundo o código CNAE é baseada na receita esperada quando as atividades estiverem sendo iniciadas, ou na receita auferida, nas demais hipóteses.

O enquadramento da empresa no art. 7o, inciso IV, da Lei no 12.546, de 2011, com redação dada pela Lei no 12.844, de 2013, é elemento da hipótese de incidência. O fato imponível “auferimento de receita”, constante da norma em tela, não tem como pressuposto ou condição a existência de empregados. Desse modo, mesmo quando não houver empregados registrados, mas estando a empresa vinculada à sistemática substitutiva em razão dos parâmetros da lei em tela e tendo auferido receita, deverá ser calculada e recolhida a contribuição social previdenciária na modalidade substitutiva.

**Estando a empresa sujeita ao recolhimento obrigatório da contribuição substitutiva por força do enquadramento pelo código CNAE relativo à sua atividade principal, a existência de empregados registrados em determinado período não implica cálculo e recolhimento da contribuição previdenciária quando não houver receita.** (grifamos)

O enquadramento na desoneração da folha está relacionado a atividade de maior receita auferida que esteja incluso no contrato social no que determina a desoneração é o recolhimento da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB.

DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA  
MARCOS ALÉX SÁ SERENO  
CPF 253.758.063-04  
CREA 7.779/D-DF